

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 39, nº 1 (Jan/Dez) 2023
ISSN: 2178-7476



**INDÍGENAS NA CIDADE:
UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO JUARENSE SOBRE OS INDÍGENAS DO
VALE DO ARINOS**

**PUEBLOS INDÍGENAS EM LA CIUDAD: UM ANÁLISIS DE LAS PERCEPCIONES DE LA
POBLACIÓN JUARENSE SOBRE LOS INDÍGENAS DEL VALLE DE ARINOS**

**INDIGENOUS PEOPLE IN THE CITY : AN ANALYSIS OF THE PERCEPTIONS OF THE JUARENSE
POPULATION ABOUT THE INDIGENOUS PEOPLE OF THE ARINOS VALLEY**

Eneida Sanchez Charmo

Professora da Rede Estadual de Juara – MT.

E-mail: sanchez84enny@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-1822-3813>

Ronélia do Nascimento

Professora Mestre, Professora formadora do Projeto de Pesquisa Ações Saberes Indígenas na Escola - Rede UFMT

Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisa da Diversidade da Amazônia Legal.(CNPq), E-mail ronelia.do.nascimento@unemat.br

<https://orcid.org/0000-0002-2439-2278>

RESUMO: O presente texto tem por objetivo principal identificar a existência de preconceitos e discriminação contra os indígenas que transitam ou moram na zona urbana de Juara-MT, através da análise dos discursos emitidos por alguns moradores não indígenas, sendo os mesmos proprietários e funcionários de comércio localizados no centro da cidade, bem como compreender como os indígenas são concebidos e percebidos através do conhecimento que a população construiu a respeito deles ao longo do percurso histórico, considerando que o município é multicultural. A pesquisa foi desenvolvida a partir de artigos acadêmicos disponíveis na *web*, livros, textos, documentos, teses acadêmicas e entrevistas com algumas pessoas comerciantes e funcionários que residem na cidade Juara. Como aportes teóricos para realizar a análise do resultado do discurso, foram utilizados apontamentos de Foucault, entre outros autores. Espera-se que o estudo desperte no leitor inúmeras reflexões sobre os diversos pontos que desfavorecem a população indígena em relação ao modo de tratamento diferenciado que lhes é dado pela sociedade não indígena.

Palavras-chave: Indígenas; Análise de Discurso; Preconceito; discriminação.

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo principal identificar la existencia del prejuicio y discriminación hacia los indígenas que transitan o habitan en la zona urbana de Juara-MT, a través del análisis

de los discursos emitidos por algunos pobladores no indígenas, así como la comprensión cómo se concibe y percibe a los indígenas a partir del conocimiento que la población ha construido sobre ellos a lo largo del recorrido histórico, considerando que el municipio es multicultural. La investigación se desarrolló a partir de artículos académicos disponibles en la *web*, libros, textos, documentos, tesis académicas y entrevistas a algunas personas que viven en la ciudad de Juara. Como aportes teóricos para la realización del Análisis del resultado de los discursos se utilizaron apuntes de Foucault, entre otros autores. Se espera que el estudio despierte en el lector numerosas reflexiones sobre los diversos puntos que desfavorecen a esta población frente al trato diferenciado que les brinda la sociedad no indígena.

Palabras clave: Pueblos indígenas; Análisis del discurso; Prejuicio y discriminación.

ABSTRACT: The main objective of this text is to identify the existence of prejudice and discrimination against indigenous people who travel or live in the urban area of Juara-MT, through the analysis of speeches issued by some non-indigenous residents, the same owners and employees of commerce located in the city center, as well as understanding how indigenous people are conceived and perceived through the knowledge that the population built about them throughout their historical journey, considering that the municipality is multicultural. The research was developed based on academic articles available on the web, books, texts, documents, academic theses and interviews with some traders and employees who reside in the city of Juara. As theoretical contributions to carry out the analysis of the results of the speech, notes from Foucault, among other authors, were used. It is hoped that the study will awaken in the reader numerous reflections on the various points that disadvantage the indigenous population in relation to the differentiated treatment given to them by non-indigenous society.

Keywords: Indigenous; Discourse Analysis; Prejudice; discrimination.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma pesquisa que se configura como qualitativa, descritiva e analítica, constituindo-se em um estudo da análise do discurso da população não indígena sobre os indígenas do município de Juara-MT, uma vez que, vivemos em um município ocupado por distintos povos, portanto, multicultural.

As motivações para realizar esta pesquisa foram várias, porém irei citar algumas que mais se destacaram. O ponto de partida que serviu para despertar a curiosidade sobre este estudo teve início no encontro promovido pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT em conjunto com a Universidade Federal do Mato Grosso, realizado no campus da UFMT em Cuiabá. Durante a viagem e estadia na cidade convivemos com outras colegas indígenas da etnia Kayabi, no momento das apresentações dos artigos no evento Encontro de Mulheres (ENMULHERES-2017) ouvimos seus relatos sobre a luta travada pelas lideranças femininas da aldeia Tatuí da Terra Indígena Apaiaká/Kayabi para assegurar seus direitos, o tema soou como novo, pois até então nunca havia tido essa interação com as mulheres indígenas, que no meu entender considerava “realmente indígenas”, essa aproximação com elas me fez querer conhecer mais sobre a vida delas na aldeia.

O segundo momento foi minha participação em uma peça teatral no evento do Seminário de Educação do Vale do Arinos - SEVA-2017 onde eu fazia o papel de uma indígena que sofria discriminação e preconceito, mas, que no final recebia apoio moral e compreensão dos demais colegas. No meu subconsciente ainda não havia me enxergado totalmente como descendente indígena ou

multirracial, e essa participação ajudou a realizar uma autoanálise crítica e reflexiva mais profunda sobre minhas características fisionômicas e sobre minhas origens.

O terceiro momento foi no mesmo ano de 2017, após assistir a primeira aula da disciplina de História da Educação Brasileira na UNEMAT, na segunda aula da referida disciplina a professora explorava os nossos conhecimentos prévios sobre a educação indígena no Brasil antes da chegada dos europeus, lembro-me que foi durante o debate e da leitura dos textos que comecei a compreender que em nenhum momento, nas diversas aulas de história no ensino médio, tinha escutado falar sobre como os indígenas passavam a diante seus conhecimentos, nem sobre a diversidade de suas culturas, nem da multiétnicidade, nada, apenas sabia que eles já estavam aqui desde antes da chegada dos colonizadores e que eram “ferozes, bravos e canibais”. Aos poucos tudo que julgava conhecer sobre os indígenas se esvaiu e meu entendimento começou a ser rasgado e senti a necessidade de conhecer mais sobre o tema.

O quarto momento foi sem dúvida a constante presença urbana dos indígenas e os comentários negativos sobre eles que ouvi por parte de algumas pessoas no centro da cidade.

Por fim, o último momento foi em razão de algumas manifestações de preconceito presenciadas contra a minha pessoa, as quais passei a perceber desde que defini morada aqui na cidade de Juara. Como já havia mencionado antes, ainda não havia feito uma autoanálise sobre minhas características físicas e nem sobre minhas origens tão aprofundadas anterior a minha vinda para cá, pois desde pequena sempre tive a educação familiar que por termos ascendência branca por parte do nosso bisavô e avô, nós os descendentes, também seríamos descendentes de espanhóis. Embora nossa vó fosse indígena da etnia Chiquitano da Bolívia e nosso pai fosse considerado mestiço com traços indígena, nós jamais seríamos índios pelo simples fato de que não morávamos no mato ou na aldeia. Obviamente em outras ocasiões já haviam me perguntado sobre minhas origens, porém a minha resposta sem dúvida alguma era: não, eu sou boliviana descendente de espanhol.

Com estas motivações surgiram os questionamentos: qual é a imagem que a sociedade construiu sobre o indígena para que ainda exista tanto preconceito contra eles? O que a população de Juara conhece sobre a diversidade multiétnica e multicultural indígena existente no município? Tendo vivenciado momentos de falas preconceituosas me questionei: Se a população conhecesse mais sobre a história dos indígenas da região teriam mais respeito por eles?

Assim, trago o caminho que percorri para lograr colher os dados e compor este escrito. Abordo de maneira breve alguns autores que embasaram o método de pesquisa como Minayo (2004), Orlandi (2005), dentre outros, verso sobre o período de observação e coleta de dados, os sujeitos da pesquisa e os locais de observação e por fim finalizo com uma breve reflexão sobre o olhar da sociedade a respeito do indígena.

Apresento as discussões que estão direcionadas aos primeiros habitantes do Vale do Arinos, também conceituo brevemente o termo Índio e indígena, transcorro também pela história

da Formação do Município de Juara-MT, até chegar na questão da relação do preconceito e a discriminação aos indígenas, isso sem deixar de lado a conquista dos direitos do indígena na Constituição de 1988, por fim discorro sobre a Lei Afonso Arinos 1.390/5133 que também não deixou de trazer benefícios aos indígenas.

Busco analisar como este ser que a própria sociedade considera antigo conhecido e julga saber tanto a seu respeito, se desconcerta e quebra intimamente ao ser questionada sobre seus costumes e tradições. Reflito com Foucault sobre como se dá a construção dos objetos e do sujeito, esse conjunto de conceitos e saberes que resultam a partir das práticas e dos enunciados. Nesse sentido, me proponho a analisar no discurso e enunciados dos entrevistados o conceito que estes formulam e formularam do outro a partir das práticas que vivenciam e detém dentro deles, o que pensam sobre o nativo, um sujeito que foi constituído, a partir de práticas divisoras desde o período colonial.

Desse modo, busca-se compreender como a sociedade juarense, mais especificamente pessoas que estão constantemente em contato com os indígenas, que são clientes assíduos a muito tempo, continuam nutrindo o sentimento de preconceito nas palavras proferidas e acabam resultando em vergonhosas discriminações.

O indígena, o preconceito e a discriminação

O preconceito direcionado aos indígenas sempre foi uma questão cultural desde a chegada dos europeus a estas terras e estaria ligado basicamente a um sentido de sobreposição de um grupo em relação ao outro e não praticamente ao conjunto de sentimentos que os membros de um grupo têm relação aos membros de outro grupo racial, traduzindo-se na dominação racial, do mais forte, mais inteligente, mas belo contra mais fraco e inumano (Blumer, 1958). Em suma, o preconceito data desde a existência das primeiras civilizações, com o passar dos tempos apenas foi redirecionando seu alvo a outras categorias como as religiosas, de gênero, étnicas, raciais, sexuais, entre outras:

Desde 1500, com a chegada dos colonizadores, os indígenas brasileiros sofrem com o preconceito, a invasão e exploração de suas terras. Mesmo com a criação de órgãos como a Fundação Nacional do Índio (Funai), a violência contra esses povos continua (Observatório do Terceiro Setor, 2019).

Em diversos casos esse preconceito do pensamento passa de uma agressão verbal para a violência física e/ou morte. Esses atos contra indígenas de qualquer etnia acontecem na zona urbana ou nas aldeias, em 2016 o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), destacou em seu relatório que os casos de violência e violação dos direitos indígenas assim como o racismo, a discriminação e o preconceito haviam sofrido um aumento no número de casos em relação ao ano anterior, 2015.

O CIMI também relata um caso ocorrido em setembro de 2020, com um jovem da etnia

Kawaiweté em Juina-MT que ao ver sua motocicleta avariada decidiu pedir ajuda em uma propriedade rural e para sua surpresa foi recebido com dois disparos de arma de fogo pelo dono do local, a mãe do jovem argumenta que o ocorrido estaria ligado ao preconceito e a discriminação que sofre o povo indígena, pois ao seu entender, pelo que foi noticiado, se seu filho fosse a óbito, morreria como um ladrão (CIMI, 2020). Nesse sentido o preconceito dirigido ao jovem estaria enquadrado como um julgamento formulado sem precedentes dirigido a uma pessoa desconhecida (Borges, Medeiros, D'adesky, 2002, p. 53) e caracterizando-se em discriminação, a prática do racismo é a efetivação do preconceito. O racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.

Dizer que o lugar do indígena é no mato, é negar-lhes o direito de ir e vir como qualquer cidadão, conforme consta no inciso XV do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Significando que o indígena pode se locomover, mesmo que fora de sua terra, assim como o não indígena pode entrar na terra indígena, desde que autorizado pela comunidade (Luz, 2016, p.51). Analisando os conteúdos estudados nota-se que muitas pessoas têm um olhar diferenciado com relação aos indígenas porque ouviram frases de outros membros de suas famílias ou círculo de amizade e o tomam como verdade sem ao menos buscar informações para compreender a história destas pessoas que decidiram morar na cidade ou que ocasionalmente estão presentes na cidade de Juara.

Em tempos de pandemia do COVID-19, tem se intensificado o repúdio aos indígenas, pois em algumas cidades a culpa pela transmissão do vírus está sendo associada aos indígenas que vem mensalmente à cidade comprar mantimentos como é o caso dos Xavantes de General Carneiro-MT, estes foram ofendidos na rede social do WhatsApp, por contarem com maior número de infectados pelo COVID-19, foram chamados de capeta, bichos (BBC NEWS, 2021).

Estas afirmações apontam que em razão do incômodo, formulam-se ideias sobre determinadas pessoas, grupo social, racial ou étnica, e muitas vezes proferimos palavras ou tomamos atitudes que ferem a dignidade dos nossos semelhantes os quais em geral desconhecemos, no entanto, atuamos assim reproduzindo inconscientemente ou não as inúmeras formas de preconceitos e discriminação que aprendemos e interiorizamos ao longo da formação do nosso “eu” (JONES, 1973, p. 99).

Perante esses aspectos, faz-se necessário aguçar nossa visão crítica para que nossas ações sejam conscientes, não atuando apenas como meros reprodutores e alienadores, todavia, devemos contribuir de maneira democrática, ajudando a garantir o respeito aos direitos dos cidadãos independente da origem de cada um. Em geral muitos de nós crescemos ouvindo essas afirmações e por achar que é algo normal ou natural acabamos simplesmente não tendo consciência do que se esconde por trás dos reais significados de cada uma delas.

O direito dos indígenas na Constituição Brasileira de 1988

Desde a ocupação europeia, independentes da condição de aliados ou oponentes dos colonizadores, os indígenas sempre foram despojados dos seus direitos de ser e viver de acordo com suas crenças e tradições, quando olhamos na história podemos ver que tal marginalização dos seus costumes se reforçam com a chegada e instalação dos Jesuítas no Brasil: “Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica de modo que os gentios possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé” (Saviani, 2011, p.25).

Os indígenas que não se convertiam eram considerados uma ameaça ao reino, por tanto, para os portugueses fazia-se necessário inculcar neles os costumes europeus. Com o passar do tempo foram criados alguns programas como o Serviço de Proteção ao Índio, substituído depois pela Fundação Nacional do Índio, este último constando como único representante e promotor dos indígenas (Brasil, 2020). No entanto, foi na década de 1970 com o surgimento do movimento indigenista que estes tomaram forças para lutar pelos seus direitos e reconhecimento dos mesmos (Bicalho, 2010). Assim, ao longo do ano de 1988, com a discussão da constituinte aberta para participação da sociedade permitiu que vários setores discutissem e reivindicassem seus direitos e deveres:

A Constituição estabelece direitos, deveres e procedimentos dos indivíduos e do Estado, dos cidadãos e das instituições. Ela substituiu a Constituição promulgada em 1967, refletindo as modificações ocorridas no tempo e na sociedade. Esse é o sentido de se elaborar um nova Constituição: atualizar os direitos e deveres nela inscritos, de forma que ela seja útil para regular o relacionamento dos cidadãos entre si e destes com o Estado e com a sociedade como um todo (MEC, 2001 p. 13)

Desse modo, a Constituição da República Federativa do Brasil que entrou em vigor em outubro de 1988, contemplou e ampliou os direitos dos indígenas que em grande parte, desde a vinda dos europeus a estas terras lhes havia sido negado. Essa luta de organizações indigenistas composto por indígenas e não indígenas foi crucial para o reconhecimento dos direitos à sua diversidade, cultura, uso da língua nativa em todo território brasileiro dentro ou fora de suas aldeias:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei (Brasil, 1988).

Reconhecendo o direito a terra que eles ocupavam desde antes da criação do estado brasileiro, permitindo a exploração e extração mineral somente com a autorização do Congresso Nacional que vem ajudar a coibir os enfrentamentos entre indígenas e não indígenas que ocorriam com frequência em terras indígenas.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º (Brasil, 1988).

Com a nova constituinte o estado se viu obrigado a proteger e demarcar as terras indígenas que precisavam de atenção urgente, esta ação veio coibir a intenção de posse e ocupação de terras em áreas indígenas por grupos não indígenas que tinham interesse em explorar e se beneficiar dos recursos naturais existentes nelas tornando nulos ou inválidos quaisquer ação realizada de má fé contra a União. Mesmo sendo consciente de que a distância do que foi ditado na constituição brasileira e a realidade, todavia se mostra gigantesca se olharmos para a situação cotidiana dos indígenas não podemos descartar a relevância do grande avanço que a constituição federal de 1988 significou para essa população que há muito sofre com os atropelos da sociedade.

A lei 1.390/51 (Afonso Arinos) foi a primeira norma antidiscriminatória criada no Brasil em 3 de julho de 1951, o nome homenageava seu autor, o deputado federal Afonso de Arinos de Mello e Franco, nela o autor tipificava condutas e práticas discriminatórias que eram consideradas normais à época, tais como atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor:

Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento (Brasil, 1951).

A criação da lei foi motivada depois da repercussão negativa que teve no exterior o escândalo de discriminação ocorrido num hotel na cidade de São Paulo, envolvendo a dançarina Afro-americana Katherine Dunham em 1950 ao ser impedida de se hospedar pela cor de sua pele:

Numa terça-feira à noite, em sua estreia no Teatro Municipal de São Paulo, ela aproveitou o intervalo entre o primeiro e o segundo ato para fazer uma denúncia aos repórteres que cobriam o espetáculo. Revoltada, a artista relatou que, dias antes, o gerente do Esplanada, o

luxuoso hotel vizinho do teatro, se recusara a hospedá-la ao descobrir que era uma “mulher de cor”.

Fonte: Agência Senado (Senado Federal, 2020).

A criação da Lei Afonso Arinos foi um marco histórico e inicial contra as violações de direitos raciais no Brasil, por representar um grande passo nas lutas pela igualdade racial na esfera jurídica e penal e lembrar que o racismo se caracterizava num crime. Tal norma obrigou o estado brasileiro e a sociedade a reconhecer a existência e prática do racismo em território nacional, mesmo estes afirmando a convivência plena e harmônica entre as três raças, negra, branca e indígena que se tinha. Tal reputação começou a ser construída a partir de relatos de europeus e norte-americanos, entre os quais cientistas, que, em viagens no Brasil do século XIX, admiravam-se da convivência relativamente harmoniosa entre brancos, índios e negros.

A lei Afonso Arinos esteve em vigor durante 34 anos, no âmbito jurídico-penal não obteve resultado esperado, se tornou conhecida pela sua inefetividade em termos jurídico-penais, visto que o número de casos de discriminação racial que chegaram ser considerados graves ao ponto de resultar em condenação por processo criminal foram mínimos.

Em 1985 entra em vigor a Lei 7.437, no dia 20 de dezembro, que foi redigida pelo advogado e também deputado Carlos Alberto Oliveira, daí o nome Caó, nela, no “Art. 1º constitui contravenção, punida nos termos desta lei, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil” (Brasil, 1985).

Após essa nova redação da lei Afonso Arinos, de tempos em tempos foi sofrendo novas alterações e definições até incluir e beneficiar os povos indígenas de cada etnia como na Lei 7.716 que determina no seu “Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. (Brasil, 1989).

Para tanto, reitera Zoia e Mendes (2020) apesar dos constantes movimentos dos povos indígenas em prol de direitos, pouco se tem concretizado, mesmo com as Conferências dos Povos Indígenas para que as esferas governamentais competentes façam valer o que está exposto na Convenção nº 169 da OIT e da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na esfera nacional percebe-se distorções de avanços com declarações à promoção de decoro aos povos indígenas.

O indígena na concepção da sociedade juarense

Essa parte do texto dedica-se a analisar o discurso de alguns moradores da cidade de Juara sobre as definições que construíram e o conhecimento que estes, detém sobre habitantes indígenas do Vale do Arinos bem como identificar em suas falas a existência do preconceito e discriminação contra os indígenas que transitam ou moram na zona urbana da cidade.

O critério para seleção e participação das pessoas que foram entrevistadas, inicialmente

foi direcionado a transeuntes com idade entre dezoito a vinte cinco anos, que fossem nascidos no município de Juara, e que tivessem concluído todos os estudos em alguma instituição escolar da cidade, visando conhecer que grau de interação que tiveram ou se tiveram com crianças ou adolescentes indígenas na instituição onde estudaram para compreender a concepção da imagem que criaram sobre o indígena no tempo presente.

No entanto, com a grande recusa das pessoas abordadas, esse critério de seleção foi deixado à parte e prosseguimos com a entrevista direcionada apenas à funcionários e proprietários do comércio onde havia maior concentração de indígenas.

Os sujeitos da pesquisa foram oito funcionários e três proprietários do setor comerciário, resalto que dentre os participantes da pesquisa uma mulher proprietária e 5 funcionárias, quatro homens proprietários e um funcionário. optamos por selecionar esses participantes por estarem em contato direto, continuamente, com os indígenas mês a mês, e pretendíamos conhecer e compreender a concepção que a sociedade Juarense formou sobre indígenas que moram ou visitam constantemente a cidade de Juara e transitam pelo centro da mesma. Dessa forma, esperamos contribuir com este estudo ao expor tal entendimento sobre o ser e o olhar do não indígena sobre a população indígena do município.

Optamos pela pesquisa qualitativa por quanto se compreendem melhor as experiências vivenciadas pelos sujeitos que serão pesquisados (Minayo, 2004). A coleta de dados iniciou-se primeiramente utilizando o método de levantamento bibliográfico. A pesquisa in loco teve início no final da segunda fase com as observações nos estabelecimentos comerciais e teve duração de 3 meses. As observações foram realizadas no início de cada mês, período de maior presença indígena no comércio. Durante três meses acompanhei de longe o trajeto de vários indígenas como também observei o atendimento dado a eles pelos funcionários dos estabelecimentos que adentravam.

As observações ocorreram durante o período pandêmico do Covid-19, no entanto o uso de máscara facial obrigatória ainda deixava em descoberto os olhares expressivos, alguns de relance com ar de que tanto faz e outros fixos de julgamento ou curiosidade, lançados pelos demais clientes e funcionários.

Na observação em um comércio alimentício foi visível a falta de paciência com os indígenas quando iam passar pelo caixa, as funcionárias demonstravam impaciência com os mesmos, com os não indígenas o tratamento era diferente, tinham as feições leves e mantinham paciência. Em determinado momento ouvi uma das funcionárias que trabalha no caixa comentar com o empacotador que eram os piores dias de trabalho quando os indígenas vinham fazer compras. Considerei injusto, pois este comércio é o que eles mais frequentam, fazem compras e são tratados de forma desigual.

Presenciei alguns momentos que havia dificuldade de comunicação, os indígenas pediam para comprar cesta básica e como o comércio dispõe de mais um tipo de cesta básica as funcionárias pegavam qualquer uma, sem explicar qual delas continha maior ou menor quantidade de itens,

simplesmente mandavam o empacotador buscar e já passava no caixa, como se não quisesse perder tempo com eles.

Ouvi a fala de uma funcionária sobre a quantidade das compras dos indígenas, “dizem que índio não tem dinheiro, olha o valor da compra dele! Deu mais de mil reais”. Não concordando com a fala da funcionária, discretamente falei com uma indígena que tenho proximidade e a mesma alegou que muitas vezes outras pessoas da aldeia que não vieram para a cidade, fazem suas encomendas e lhe entregaram a quantia para que levassem alguns produtos e por este motivo a compra tinham um valor elevado.

Em uma data próxima às festividades de fim de ano, numa determinada loja de confecções, havia duas filas para ir ao caixa, uma menor e outra maior, num determinado momento um rapaz indígena chegou e se dirigiu à fila menor, logo um homem falou para outro que estava atrás “Como é que eles querem que a gente tenha respeito por eles, se eles não respeitam a gente. Ele chegou por último e olha onde foi?” Observei que o rapaz não foi quitar nenhum débito, me pareceu que tinha intenção de abrir um crediário ou queria pedir alguma informação, mas não foi atendido em nenhuma das duas filas, embora tenha se aproximado do balcão, o tempo todo se manteve quieto, sem falar nada, depois saiu e foi embora. As falas proferidas por esse homem que estava na fila foram ditas perto de uma criança, isso me fez compreender e confirmar o porquê a criança faz juízo preconceituoso, por ouvir pessoas fazendo esse tipo de julgamento.

Em outro comércio observado o dono trata os indígenas com muita simpatia, aparentemente, com frequência eles ficam na frente da loja conversando, apurei também que alguns deles mantêm crediário aberto nesse comércio e que o dono não tem nada a reclamar deles, pois “pagam certo o que devem” conforme fala do comerciante.

Nas observações, percebi olhares de curiosidade em algumas pessoas, em outras, olhar de superioridade, assim como de indiferença e repúdio. Notei que as algumas pessoas param e olham rapidamente como se não estivessem observando os indígenas, já outros viram e olham um pouco de lado e outras os vêem como se fossem exóticos. Não obstante em momento algum vi uma pessoa não indígena se aproximar de um indígena para conversar ou lhe perguntar algo, embora grande parte dos entrevistados alegam ter curiosidades sobre o modo de vida e cultura dos indígenas.

As interpretações que fiz é que o não indígena carrega nele uma ideia já formada das particularidades ou atributos que cada pessoa deve ou não ter de acordo com a etnia, religião, cor de pele entre outros. Conceitos estes que podem carregar em si a ideia de sociedade e diversidade, com a presença ou ausência proeminente de qualidades próprias em grupos populacionais, como a selvageria e barbárie, ou a força física e beleza exótica em outros momentos que é designada aos povos indígenas. Ademais, percebi que formam a imagem do “outro” por meio de visões estereotipadas apontando a diferença nas duas partes como o belo e o feio, e ainda, entre o branco e o indígena (Foucault, 2008).

Após o período de observações, iniciamos a abordagem convidando entorno de cinquenta pessoas, entre transeuntes e funcionários do comércio, ao todo vinte aceitaram participar da entrevista, porém apenas doze participaram de fato, quatro deles responderam no momento da abordagem, destes, um se recusou a autorizar o uso de suas falas alegando vergonha, mesmo a pesquisadora tendo lhe garantido que ele não teria o nome publicado na pesquisa; oito preferiram responder a pesquisa por meio de áudio através do *WhatsApp*, alguns me enviaram em formato de texto e outros via áudio. Em sua defesa todos argumentavam falta de tempo, embora alguns estabelecimentos estivessem com a movimentação bem tranquila.

Os demais me entregaram contatos de telefone celular inexistentes ou contas de *e-mail* dos quais nunca recebi retorno. Outros se negavam a participar ao saber do que se tratava a pesquisa e declaravam não saber o que responder, por fim alguns ponderavam não gostar de participar de nenhuma pesquisa.

Durante a entrevista presencial com os quatro proprietários, dois deles se mostraram não muito confortáveis no momento de responder as perguntas, vindo a entrar em contradição constantemente e demonstrando muito nervosismo em suas expressões, os outros dois participantes estavam autoconfiantes e respondiam com firmeza todas as perguntas.

Em posse do resultado das entrevistas, analisamos esses discursos e comportamentos observados a partir da linha de pensamento de Michel Foucault (1986). Entretanto, afasto a pretensão de realizar uma análise dura e ditar verdades, contudo, anseio alcançar traduzir e descrever os pré-julgamentos lançados nas diversas falas que emergiram da pesquisa realizada.

Um antigo (des)conhecido

A análise das respostas foi realizada a partir do diálogo entre o levantamento de dados bibliográficos e os resultados obtidos da entrevista com os sujeitos da pesquisa. Buscamos identificar traços de preconceito ou se há discriminação, uma vez que historicamente o município de Juara, antes mesmo de ser ocupado e emancipado, já era habitado por diversas etnias nativas, e há décadas, não é rara presença indígena no cenário urbano, seja nos ambientes comerciais, institucionais públicos ou privados.

Para preservar a identidade dos entrevistados cada participante adotou uma letra em ordem alfabética como nome fictício sendo as seguintes: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K. No momento da abordagem aos sujeitos foram feitas algumas perguntas objetivando identificar o perfil de cada uma, como a idade, origem, e o tempo de estadia na cidade:

Idade	Nascidos na cidade de Juara	Migrantes de outros Estados ou cidade	Tempo que reside em Juara
Homens entre 25 e 60 anos	2 Homens entre 26 e 30 anos	3 Homens entre 40 e 60 anos	1 há mais ou menos 6 anos 1 há mais ou menos 25 anos 1 há de 2 anos
Mulheres entre 20 e 50 anos	4 Mulheres entre 20 e 30	2 Mulheres entre 20 e 50 anos	1 há 3 anos 1 há mais de 6 anos

Grande parte dos entrevistados compunha o corpo de funcionários dos estabelecimentos observados, quatro deles eram proprietários comerciantes. Dentre os participantes dois possuíam grau de formação superior em andamento, um na quarta fase do curso de Pedagogia e outro quase concluindo Agronomia, ambos pela UNEMAT-Juara. Dos demais sujeitos, alguns contavam com o segundo grau completo e outros haviam concluído apenas o ensino fundamental. Os funcionários estavam em atividades a mais de dois anos no mesmo setor.

Mediante essas primeiras informações e pensando nas possibilidades de contribuição que este trabalho poderá acrescentar é que prosseguimos com a segunda etapa que contempla a primeira pergunta sobre a compreensão de cada entrevistado sobre a definição atual do que é ser indígena de acordo com o arcabouço que o sujeito já carrega dentro de sua concepção acerca do indígena. A seguir com o intuito de conhecer o entendimento imaginário que os sujeitos concebem o indígena iniciei perguntando: Para você o que significa ser indígena?

As respostas foram que os indígenas estão mudando para a cidade em busca de uma vida melhor, outro entrevistado disse que o Brasil é um país preconceituoso com os indígenas, outra resposta foi que o indígena tem que lutar pelos direitos igualmente a sociedade não indígena, eles são vistos com preconceito, mas acredita que são felizes mesmo assim por viverem livres. Já outra resposta foi que ser indígena é ter características pré-colombianas, enquanto outro disse que indígena é aquele que vive na aldeia, que sempre pertenceram ao território brasileiro. Também teve a resposta que ser indígena é conviver com todos os povos sem perder sua essência, viver da caça, da pesca e da colheita, apesar de não estarem inclusos na sociedade, mas aos poucos estão se adaptando e ouve pessoas que não souberam responder por considerar confuso definir atualmente quem é indígena, devido a miscigenação, outro considera que os indígenas são povos nativos do Brasil, mas estão abandonados politicamente.

Percebo nas falas dos entrevistados que estes procuram relacionar a constituição do indígena, a partir dos jogos de verdades, de enunciados e discursos que circulam em nosso espaço/tempo, estabelecidos por relações de poder/saber buscando defini-los conforme já o imaginam. A intenção era perguntar. O que é ou quem é esse indígena? Questionando o presente, quem é este

ser humano que mesmo sendo perceptível por todos continua invisível, um desconhecido em sua veracidade. A minha pretensão era exatamente de agitar e afligir suas ideias que descansavam plenas, aparentemente edificadas com diamantes; numa tentativa de despertá-las para a realidade de suas frágeis construções.

Assim como Foucault (2008), não considero imparciais os enunciados e os discursos, pelo contrário, julgo que eles se traspassam pelas relações de poder/saber vindo a moldar os discursos e constituir-nos. Nos discursos, havia uma entonação rude, embora tentassem esconder chocava pela discordância ora áspera ora amena, talvez parecessem ou pretendessem exprimir o que realmente escondiam em essas construções retóricas.

Proseguindo, procuro saber se já foram a alguma aldeia na Terra Indígena Apiaká/Kayabi do município de Juara e qual delas?: Perante a resposta positiva da maioria confirmando terem ido às aldeias procuro saber se saberiam identificar o nome dos povos, alguns traços culturais ou costumes de cada etnia existentes no município de Juara: Apenas uma pessoa sabia de três etnias, a maioria não conhecem traços culturais que os definem e uma pessoa disse que colhem castanha, açaí e entre outros frutos e mantem as danças tradicionais.

Deixam evidente o desconhecimento sobre os povos indígenas da região, até mesmo as pessoas que falaram já ter ido às aldeias, confundem nome de aldeia com o nome do povo, esquecem-se do povo *Rikbaktsa*, e outro diz que os povos são iguais. Enquanto outro afirma que são trabalhadores, estão modernos em relação a moradias e uso das tecnologias não indígenas.

Todos mostraram ideias sem conhecimento aprofundado, a maioria dos entrevistados apresentou o desconhecimento da realidade indígena, para estas pessoas que estão em contato com a população indígena todos os meses e outros que afirmam já ter visitado as comunidades indígenas, alegar falta de conhecimento nesses termos é desconsiderar o efeito estrutural de que não faz questão de conhecer em sua essência.

Nas falas seguindo a linha de investigação de Foucault (1995), percebi que a população indígena é moldada e classificada de acordo a uma objetivação de algo ou alguém, nesse caso separando o ser humano produtivo do produto do seu trabalho e classificando-os e dividindo-os em valores binários como inteligentes e tolos, trabalhadores e ociosos, civilizado e selvagem:

O primeiro é o modo da investigação, que tenta atingir o estatuto de ciência, como por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na gramática geral, na filologia e na lingüística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha na análise das riquezas e na economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples ato de estar vivo na história natural ou na biologia. Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de “práticas divisoras”. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos” (Foucault, 1995, p. 256).

Nesse sentido, as subjetividades dos indivíduos, como defende Foucault, são afetadas por mecanismos de submissão, entretanto, esse processo não resulta em um produto final de exploração

econômica e política, mas sim em processos circulares em que um ou mais métodos são ordenados de acordo com a história.

Nesse seguimento, perguntei se na escola em que estudaram, conheceram alguma criança ou adolescente indígena? Se houve alguma relação de amizade entre eles e como era a convivência? Três entrevistados disseram que não e dois afirmaram e negaram ao mesmo tempo por não lembrar se havia indígenas em sua escola, e seis falaram que já estudaram com criança ou adolescente indígena alegando que a convivência na escola era normal, e uma entrevistada acrescentou dizendo que conversavam de vários assuntos, mas ficava incomodada quando a colega indígena falava na língua nativa com suas irmãs e primas, por não entender o que estava falando.

Nas respostas de quatro entrevistados, consideraram uma atitude de se esquivar ao reduzir sua resposta. Já para dois, as respostas são contraditórias, por uma entrevistada dizer que conversavam sobre tudo, mas na pergunta anterior não soube dizer sobre questões culturais dos povos indígenas da região, e outra entrevistada demonstrou desconforto devido a pessoa indígena que falava sua língua materna, para Foucault (1986) isso demonstra que não existe uma correspondência entre o discurso e o que foi emitido tanto frase quanto proposição.

Pergunto a eles qual a opinião a respeito dos indígenas que usam carro, moto, celular outros bens materiais? Houveram falas alegando o direito dos próprios povos indígenas de decidirem o que devem ou não usar para viver, também teve uma fala que os indígenas estão cansados de viver na aldeia, não tendo problema algum de mudar para a cidade e ter bens materiais, alegando que atualmente os indígenas estão inteligentes, estão conseguindo se inserir na modernidade, e existem indígenas com mais conhecimentos que o não indígena. Enquanto uma entrevistada considera que essa inserção da modernidade descaracteriza a origem dos povos indígenas, não sendo mais indígenas originais, em seu ponto de vista indígena é aquele que vive no mato com costumes tradicionais, alimentando-se do que a sua terra indígena oferece.

As falas dos entrevistados, apresenta um discordar do ponto de vista do indígena no passado, apresenta a questão do inteligível, que o indígena está inteligente, o que quer dizer que antes não eram inteligentes, têm uma fala reportada ao normal. Em relação às frases e proposições referindo-se ao que é realmente dito, porém negado Deleuze (2013, p. 14) reitera que “de tal modo que cada frase ainda se amplia com tudo aquilo que não diz, com um conteúdo virtual ou latente que multiplica seu sentido e que se oferece à interpretação, formando um ‘discurso oculto’” (Deleuze, 2013, p.14).

Ainda segundo Deleuze (2013) as frases e as proposições possuem como meio de propagação a incongruência, causando o surgimento de sobreposição de frases e proposições, com a pretensão de superá-las ou refutá-las. Assim, embora haja oposição nos enunciados, em alguns pontos existe a concordância mutua, conforme se apresentam como fragmentos, facetas de um mesmo discurso, revelando assim o preconceito e a discriminação.

Quanto a pergunta sobre a percepção, como a população indígena é recebida na cidade

de Juara, deram a seguinte resposta: Os entrevistados que trabalham no comércio falaram que o tratamento é igual, enquanto os demais entrevistados afirmaram que são discriminados, existindo falas depreciativas, são mal vistos por tem a cultura diferente, muitas pessoas ficam incomodados com a presença dos indígenas quando entram em um comércio e demonstram não gostar, tratam com falta de paciência e descaso. A maioria das falas assumem e justificam os motivos, o que ouvem, as respostas em sua maioria considero a “vontade da verdade” que Foucault (2013, p.18) fala, que no meio de um discurso não cessa de se reforçar e de tornar-se profunda e cada vez mais incontornável:

Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos da fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer (Foucault, 2013, p.21).

Tais práticas discursivas constroem a maneira como concebemos o mundo, de interpretar e discursar sobre ele. E, mesmo que uma prática discursiva esteja sujeito a nossa vontade, certamente não é suficiente para reproduzi-la ou executá-la. Habitamos em um mundo com um sistema de pensamento que nos precede um pensamento que aprisiona inúmeras pessoas e ao mesmo tempo faz parte do cerne de cada ser, inclusive regendo a maneira de perceber e experimentar e relacionar-nos com o mundo.

As pessoas não nascem preconceituosas nem discriminadoras, é uma concepção construída, dizer que algo é socialmente construído equivale a dizer que, mudando a ordem social e política das coisas, seria possível mudar tal coisa também. E ainda se o que determina o conteúdo de um conceito socialmente construído é a ordem política e social, então seu conteúdo é político.

Considerando o observado no período da investigação anterior a coleta das entrevistas, pergunto se existe algum repúdio ou estranhamento aos indígenas nos estabelecimentos comerciais? A maioria assume que sim, são maltratados, o atendimento é diferente, é perceptível nos olhares das pessoas a discriminação quando os indígenas entram em um comércio para fazer compras. O fato de virem para a cidade em muitas pessoas, enchem mercados ou lojas, os outros clientes olham como se fosse algo exótico, discriminam por acharem que são beneficiados pelo governo, tem mordomias e por isso fazem compras grandes.

Percebo que algumas falas se reportam somente ao seu comércio e abstém ao enunciado, enquanto os demais assumem existir o repúdio e estranhamento, o indígena é subjugado pelo não indígena, é uma sobredeterminação relacionando-a ao colonialismo, uma situação em que o colonizador branco, europeu e monoteísta submete o colonizado ao seu olhar, ao seu sistema de referência não indígena.

Colocando os indígenas num papel de submissão que não se dá aleatoriamente, mas de forma violenta e cruel, são submetidos ao sistema colonizador, é desconsiderado que o colonizado tem

seu próprio sistema de referência enquanto povo, as referências são corrompidas e destruídas pelo colonizador onde os discursos determinam os indígenas como aqueles que não possui características positivas, que é propenso à criminalidade, ao canibalismo, às perversões sexuais e evidenciam que geograficamente devem manter afastamento.

Observa-se que evidentemente pessoas não indígenas se posicionam de um ou outro lado, mas estas posições nem sempre se relacionam aos mesmos motivos, pode existir algumas pessoas que intimamente sintam desprezo pelos indígenas, porém os enxergam como uma possibilidade de lucro comercial quando estes vêm à cidade para realizar compras. Existem interesses comerciais, políticos, sociais e econômicos.

Outras pessoas não querem se expor à opinião pública e correrem o risco de serem rechaçadas e rejeitadas, mas no íntimo guardam sentimentos de simpatia pelo preconceito e discriminação declarada. Há ainda, a relação europeu/colonizador e sul-americano/colonizado que igualmente sensibiliza aqueles que de alguma forma se sentem tocados pelo colonialismo.

Por fim, movida pela curiosidade pergunto a eles que sugestões dariam para que a população Juarense conhecesse mais sobre a população indígena que habitam no município? As pessoas entrevistadas consideram a importância de conhecer melhor a população indígena, colocando as instituições educacionais formais como lugar desse aprendizado, não consideram que é possível aprender sobre os mesmos nas relações interpessoais do dia a dia. Deixam evidente a necessidade de conhecer as comunidades indígenas. Porém estes mesmos entrevistados que afirmam essa importância de fazer visitas nas aldeias, nas primeiras perguntas que fiz, afirmaram ter ido nas aldeias e nas perguntas onde busquei saber o que sabiam sobre os povos indígenas da região, alegaram não saber responder.

Defendo a ideia de visitar e ter contato com as comunidades indígenas, porém não para passear pelas aldeias ou aproveitar as belezas naturais que são tão cobiçadas pela sociedade não indígena, senão para construir aprendizado e conhecimento que visivelmente carecem. Defendo também a importância de trabalhar desde a educação infantil sobre as diversidades, a diferença, respeito ao outro; mesmo porque a questão da temática indígena na escola é um conteúdo garantido desde 10 de março de 2008 pela lei nº 11.645, sua inclusão é obrigatória no currículo na rede de ensino de todo país:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (Brasil, 2008).

A temática teve sua inclusão aprovada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para educação infantil e ensino fundamental, em 2017. Contudo, apesar de ser contemplada na BNCC cabe ressaltar que não basta incluir a questão indígena em conteúdos se nos livros, todavia são retratados em seu estado correspondente ao período da invasão europeia, dado que esta visão reforça a ideia construída entre a população de que os povos indígenas e sua cultura se mantêm estáticos no tempo-espaço.

Cabe destacar ainda, que a atual BNCC foi aprovada sem que houvesse debate amplo com a sociedade, principalmente com os profissionais que atuam na área de educação como destacam Peroni, Caetano e Arelaro (2019), a base nacional comum curricular tramitou no CNE de forma não transparente e foi aprovada desconsiderando a construção já produzida pelas instituições educacionais comprometidas com a educação pública de qualidade social. A aprovação de uma política pública de forma antidemocrática, sem transparência e sem ampla discussão com a sociedade brasileira revela o *modus operandi* dos sujeitos individuais e coletivos que fazem parte, tanto de instituições consideradas públicas, quanto privadas.

Apesar de existir uma lei que determina a temática em aula, ainda é um tema pouco explorado na educação básica ficando a cargo apenas do ensino médio e superior tentar desconstruir preconceitos naturalizados e enraizados na cultura dos alunos. Lamentavelmente até onde pude observar nas minhas participações como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - programa que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas (MEC, 2022) - na educação básica é debatido superficialmente apenas na data de 19 de abril. Na referida data os professores trabalhavam com o tema indígena, porém sempre retratando o indígena colonial, em nenhum momento presenciei que abordasse sobre as etnias do município. Por conseguinte, faz-se necessário que ocorra a desconstrução do preconceito dentro da sociedade e considero sim que a maior parcela seria através das práticas escolares visando trazer a sociedade indígena cidadania e inclusão.

Também, vejo a importância de trazer a voz dos indígenas para dentro da sala de aula, através de um livro de um educador indígena, materiais didáticos produzidos pelos próprios indígenas, visitas dos mesmos na sala de aula para tirar dúvidas e responder curiosidades. Temos muito o que aprender sobre os povos indígenas, eles têm muito para compartilhar com o seu povo e a sociedade externa. No entanto, isso não é reconhecido pelo pensamento dominante em relação aos indígenas na maioria das vezes faz-se de forma tendenciosa e degradante.

Enquanto pesquisadora com ascendência indígena, diante do que observei e ouvi, finalizo consciente acerca do peso do sistema de preconceitos que incide sobre os indígenas, ainda quando essas tramas de estereótipos, verdadeiras narrativas historicamente construídas ao nosso redor, transformam a rica diversidade de seus modos de viver em um ente único e genérico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a integração e a assimilação à cultura global. [...] As contradições e os preconceitos têm na ignorância e no desconhecimento sobre o mundo indígena suas principais causas e origens e que precisam ser rapidamente superados. (Luciano, 2006, p. 34-35)

Considero que é compreensível apontar que sempre houve preconceito, porém não podemos silenciar e aceitar para que fique perpetuado na sociedade. Nossas escolas e Universidades precisam ser pontos para fortalecer o respeito à diversidade, tendo em conta que na sociedade alguns têm tolerância e outros não.

As Universidades devem estar preparadas para buscar métodos e formas de auxiliar e ao mesmo tempo se beneficiar da presença indígena, para que juntos, possam caminhar na construção de uma sociedade menos preconceituosa. Realizar trabalhos no ambiente externo, com a população que considero leiga diante da realidade dos povos indígenas de nosso município, pois foi o que constatei com o resultado da entrevista na qual muitas pessoas não souberam me responder sobre a cultura dos indígenas da região constatando também que talvez por essa falta de conhecimento muitos criaram aversão ao desconhecido. Apesar de a maioria alegar já ter visitado algumas das aldeias.

Desse modo, considero que não podemos silenciar diante de atos que ocorrem no cotidiano quando os indígenas estão na cidade, precisamos intervir de forma que a pessoa que agride o indígena passe a compreender que os povos indígenas são detentores de conhecimento mostrar a sociedade que existem sim povos indígenas isolados, mas nem todos vivem dentro do mato, na atualidade eles têm acompanhado a tecnologia e usam celulares, relógios, sapatos, veículos e usufruem com direitos dos bens materiais como todos.

Portanto torna-se de extrema urgência que se abra espaço para estudos, debates e análises sobre a população indígena do Vale do Arinos é necessário que estes debates ganhem visibilidade e força, talvez contestando essa invisibilidade consigamos combater e desmistificar o preconceito que eles são obrigados a enfrentar diariamente uma vez que o preconceito acentuado que é cometido contra os nativos deixa transparecer o estado crítico em que eles se encontram, desse modo cabe a nós examinar nossos conceitos, preconceitos e estigmas e desconstruí-los para que os estereótipos não se perpetuem no contexto indígena de modo negativo, reiterando que no momento é importante também não silenciarmos diante de nenhuma situação de desproporção e desigualdade de direitos.

A presente pesquisa apresentou as determinantes sociais relacionadas com a população indígena juarense, com intuito de levar ao leitor inúmeras reflexões sobre os diversos pontos que desfavorecem esta população em relação ao modo de tratamento que é dado a ela pela sociedade não indígena, bem como lembrar que a condição dos indígenas em Juara deve ser analisada de modo geral, pois é inegável a falta de visibilidade e de meios para o empoderamento étnico, posto

<<https://cimi.org.br/2020/09/indigena-busca-ajuda-e-e-recebido-a-tiros-no-mt-ainda-existe-muita-discriminacao-do-branco-contra-o-indigena-diz-mae-da-vitima/>>. Acessado em 7 abril 2021.

DELEUZE, GILLES. *Foucault*. Tatuapé, SP: Editora Brasiliense, 2013.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: editora Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, ed. 2014.

JONES, J. M. *Racismo e preconceito*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Edgard Blücher; EDUSP, 1973.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUZ, Cassiano Batista da; TERENA, Henrique Dias, SANTOS, Uziel Santana dos. *Cartilha de Direitos Indígenas*. Brasília: AMTB, 2016

MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. *As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena*. Brasília: SEF/MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Legislacao%20miolo.pdf>>. Acesso 20 Mar. 2022.

MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Apresentação do PIBID. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pibid>>. Acesso em 21 Maio 2022.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2005.

PERONI, V. M. V., Caetano, M. R., & ARELARO, L. R. G. (2019). *BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?*. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, 35(1), 035–056. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol1n12019.93094> . Acesso em 16 Maio 2022.

PREFEITURA DE JUARA. *Prioridades de vacinação estabelecida no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19*. Disponível em <https://juara.mt.gov.br/imprensa/noticia/prioridades-de-vacinacao-estabelecida-no-plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacinacao-contra-a-covid-19-5206>. Acesso em 25 março 2021.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. Ed. Ver. 1 reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

ZOIA, Alceu; MENDES, M. (2020). *Alguns aspectos da luta pela efetivação do direito à autodeterminação do Povo Indígena Païter Suruí: a educação, a cultura e a terra*. Revista Da Faculdade De Educação, 33(1), 247–268. <https://doi.org/10.30681/21787476.2020.33.247268>

Recebido em 18 de março 2024
Aprovado em 11 de abril de 2024